

**PATRIMÔNIO OU ESPETÁCULO?
O CASO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CÍVICA DE GOIÂNIA**

**PATRIMONY OR SPECTACLE?
THE CASE OF REVITALIZATION OF GOIÂNIA CIVIC SQUARE**

MAYARA DAYANNE SOUSA REZENDE

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em PROJETO e CIDADE da FAV-UFG
mayararezende.arq@gmail.com

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB. Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da PUC-GO e UEG
arqurb.phmp@gmail.com

JOSÉ ARTUR D'ALÓ FROTA

Doutor em Estética y Teoría de la Arquitectura Moderna, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em PROJETO e CIDADE da FAV-UFG
arturfav@yahoo.com.br

LUCAS JORDANO DE MELO BARBOSA

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG
lucasjordano@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho visa discutir a questão do patrimônio urbanístico e arquitetônico da cidade de Goiânia a partir do caso concreto da Praça Cívica. A principal motivação encontra-se na argumentação que alicerça o dossiê de tombamento do referido espaço, para o qual parte importante da justificativa para a preservação deve-se às qualidades do projeto original da cidade, de autoria de Atílio Corrêa Lima. Visto que a execução da parte central da cidade, onde se encontra a Praça Cívica, agregou diversas modificações ao que fora concebido por Corrêa Lima, suspeitou-se que a motivação para a preservação carecia de solidez sobre o objeto preservado: aparentemente o projeto, e não a cidade construída. Logo, embora se tente fugir dos dogmatismos em oposição, para os quais nada deve ser preservado, é importante refletir sobre a preservação frente às transformações urbanas exigidas pelo estilo de vida e valores contemporâneos.

Palavras-chave: Patrimônio. Espetáculo. Identidade. Praça Cívica de Goiânia.

Abstract: The present work aims to discuss the urban and architectural patrimony of the city of Goiania from the concrete case of Civic Square. The main motivation lies in the argumentation that underlies the dossier of overturning the mentioned space, for which an important part of the justification for preservation is due to the qualities of the original project of the city, authored by Atílio Corrêa Lima. Since the execution of the central part of the city, where the Civic Square is located, added several modifications to what had been conceived by Corrêa Lima, it was suspected that the motivation for preservation lacked solidity over the preserved object: apparently the project, and not the built city. Therefore, although one tries to escape from opposing dogmatism, for which nothing is to be preserved, it is important to reflect on the preservation of the urban transformations demanded by the contemporary lifestyle and values.

Keywords: Patrimony. Show. Identity. Civic Square of Goiania.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa iniciada em 2015¹, com pesquisadores em colaboração vinculados à Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual e Universidade Federal de Goiás. Motivou-se em decorrência do início da última intervenção na Praça Cívica de Goiânia, sede do poder do Estado de Goiás, em 2015, financiada pelo PAC Cidades Históricas. O discurso que justificou a revitalização apontava para o resgate do desenho originalmente elaborado por Attilio Corrêa Lima ao projetá-la de 1933 a 1935. Salienta-se que há uma possível contradição latente neste discurso, visto que em 2003 o Setor Central era submetido ao tombamento com justificativa de plena permanência das características originais. Ademais, o projeto de revitalização implementado de 2015 a 2016 era resultado de um plano elaborado pelo GRUPOQUATRO Arquitetura e Urbanismo em 1998, com título *Plano Goiânia 21*.

Para além das contradições que circunscreveram tal intervenção, algumas questões relacionadas ao Dossiê de Tombamento da cidade de Goiânia (2010), publicado somente sete anos após o tombamento, revelam discordâncias entre o discurso vigente no documento e uma visão crítica do assunto surgida em pesquisas recentes (MANSO, 2001; GONÇALVES 2002; DAHER, 2007; DINIZ, 2007; DINIZ, 2017). No caso do projeto de Revitalização da Praça Cívica, algumas perguntas nos inquietaram: seria, de fato, um projeto de revitalização, ou a natureza de tal intervenção perpassa outras práticas intervencionistas? Seria, a natureza deste projeto, uma tentativa de preservação do patrimônio ou a sua espetacularização?

O trabalho primeiramente constituiu de uma abordagem histórica em relação ao traçado da Praça Cívica e a sua constituição desde 1933. Os fatos são comprovados através de imagens ao que antecedeu a todo seu processo e por análise cronológica para comprovação dos pressupostos desta pesquisa. A revisão bibliográfica foi fundamental para esta pesquisa, pois por meio dela foi possível verificar as mudanças discursivas, as contradições e incoerências sobre tal objeto.

Buscaremos problematizar tais questões iniciando a abordagem a partir de algumas considerações sobre a Praça Cívica, seu papel e simbologia. Em seguida discutiremos o tombamento de Goiânia, com observação e comparações discursivas presentes no Dossiê de Tombamento e nas pesquisas elaboradas sobre a cidade. Por fim, trataremos da intervenção de

¹ Esta pesquisa origina-se na Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2015, em pesquisa de Iniciação Científica com título, *O Genérico e o Identitário na Praça Cívica de Goiânia*, vinculada à pesquisa *Cidades Planejadas entre o Efeito Genérico e a Permanência*, coordenada pelo Prof. Me. Pedro Henrique Máximo Pereira. Ela segue parcialmente em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade, vinculada à Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, com título *GRUPOQUATRO*.

2015, anunciando as principais decisões projetuais com vistas a um melhor entendimento de sua natureza projetual e teórica. A verificação da legitimidade do patrimônio edificado é condição para aferir a permeabilidade do espaço às necessidades e aspirações contemporâneas, seja com vistas à sua valoração, seja como sua espetacularização.

O SETOR CENTRAL E A PRAÇA CÍVICA DE GOIÂNIA

Goiânia, apesar de ser uma cidade projetada sob os preceitos modernistas, possui desenho urbano vinculado a uma longa tradição histórica. Tal tradição, ancorada no modo de fazer da *Beaux-Arts* legitimada no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (IUUP), foi trazida por Attilio Corrêa Lima, autor do projeto da cidade, logo após seus estudos neste Instituto sob orientação do urbanista francês Henri Prost. Observa-se neste momento de maturação da institucionalização do Urbanismo uma série de influências prévias características de um processo de transição. Neste sentido, o projeto de Goiânia, em linguagem e proposta, de certo modo também funde-se com a natureza do pensamento de ruptura e formalização de um pensamento que, de modo vanguardista, parte da França. Há que se fazer uma breve apresentação deste arquiteto para que se faça entendido o partido urbanístico adotado para a cidade.

Attilio Corrêa Lima graduou-se na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1925², antes das primeiras construções modernistas brasileiras. O período de formação do arquiteto ocorreu com base em composições neoclássicas, ecléticas e neocoloniais, típicas do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Toda a transformação pela qual sua obra passou foi fruto de experiências profissionais, assumindo todos os riscos da falta de domínio de linguagens não apreendidas no meio acadêmico. Em 1927 ingressa no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, no qual se gradua em 1930, agora especialista em desenho urbano. Três anos depois é convidado por Pedro Ludovico Teixeira para elaborar o projeto da cidade de Goiânia. Naturalmente, em seu projeto para Goiânia (1933-1935) comparecem com mais força suas influências acadêmicas, tanto da graduação, no Rio de Janeiro, como da especialização em urbanismo que fez em Paris, todavia, com as decisões mais refinadas do pensamento racionalista à época, como as *parkways*, a setorização e a especialização de vias.

² Enciclopédia Itaú Cultural. Attilio Corrêa Lima. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa285612/attilio-correa-lima>>. Acesso em: 30/08/2016.

Em seu projeto para Goiânia é possível observar uma tática presente nas cidades barrocas dos séculos XVII e XVIII: o tridente ou a *patte d'oie* (pata de ganso), materializada a partir de três avenidas, Goiás, Tocantins e Araguaia, convergindo para um ponto central, a Praça Cívica, objeto deste documento. Nas extremidades do prolongamento da Avenida Goiás, posicionada perpendicularmente às curvas topográficas no sentido Norte-Sul, situa-se a Praça Cívica, ao sul, e a Estação Ferroviária, ao norte. Seu traçado ortogonal é rasgado pelas diagonais representadas pelas Avenidas Tocantins e Araguaia, com simetria perfeita a partir da Avenida Goiás. A Avenida Anhanguera, posicionada no terreno no sentido Leste-Oeste, cruza perpendicularmente a Avenida Goiás e atravessa toda a malha planejada e estabelece conexão direta com o Aeroporto da Cidade e com Campinas, cidade preexistente localizada no Oeste.

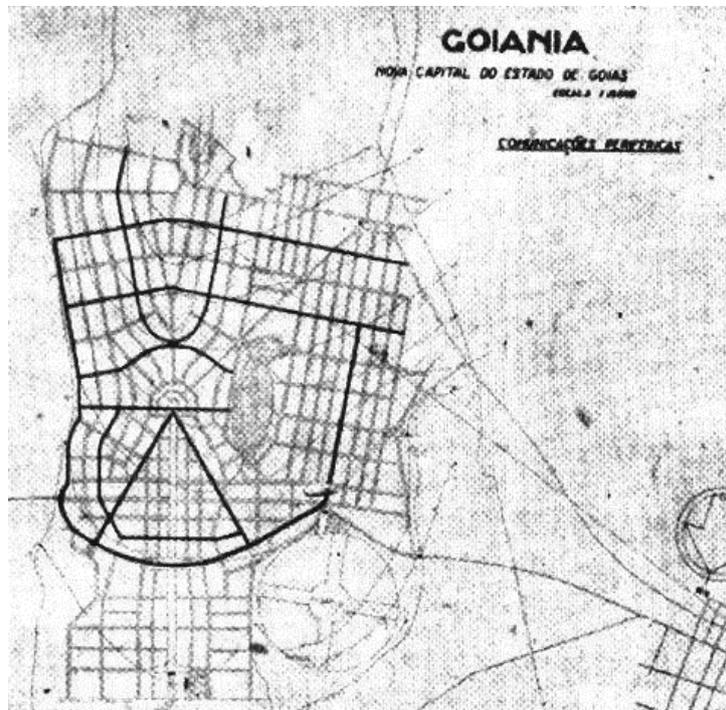


Figura 1 – Traçado inicial de Goiânia, elaborado por Atílio Corrêa Lima no período de 1933 a 1935. Fonte: MANSO (2001).

A Praça Cívica, neste sentido, é símbolo do poder do Estado, garantido pela monumentalidade impressa na paisagem pelas Avenidas que para ela convergem. Na tradição das cidades brasileiras,

O modelo da praça cívica foi uma composição espacial cuja formação está diretamente associada à nossa herança portuguesa. Na trajetória da praça brasileira, observam-se dois momentos de formação desses espaços: o primeiro nas cidades coloniais, presente com a tradicional composição arquitetônica [...] e o segundo momento ocorre no período de consolidação das capitais estaduais [...]. (CALDEIRA, 2007, p. 172).

Segundo Daher (2009), as cidades francesas possuíam, para seu centro administrativo, uma especial configuração espacial em relação às outras áreas do traçado urbano. Assim, estes imponentes lugares eram destacados do restante da malha urbana quando implantados nas partes mais altas das cidades e, geralmente, as avenidas que cortavam diagonalmente a malha urbana evidenciavam este lugar conferindo-lhe monumentalidade. Este elemento diagonal, servia para a visualização monumental do palácio que, por seu lado, era a edificação principal do conjunto. Tal estratégia, inspirada na morfologia das cidades barrocas dos séculos XVII e XVIII, refletia o desejo de expressar o poder absoluto da monarquia. A cenografia do Barroco assim estava presente: as avenidas principais conduziam ao palácio, onde o próprio governante reunia todo seu poder político. Mas havia também uma face pragmática da grande avenida, não só como símbolo da cidade barroca, ela também servia a movimentação de tropas militares e posteriormente passou a absorver a circulação, cada vez maior, de veículos de rodas.

Estes e outros elementos que compõem a história do urbanismo e da cidade, segundo Daher (2009), se apresentam no plano original para Goiânia, desenvolvido por Attilio Corrêa Lima. O Plano revelava uma atenção especial a essa estética ao conceber o Centro Administrativo com sua praça em forma de ferradura, ponto de encontro das Avenidas. Esse desenho é uma evocação à cidade barroca, muito empregado pelo urbanismo francês, que primava pelo cuidado com o paisagismo, como a arborização das avenidas e os modos geométricos e simétricos de compor os jardins e o mobiliário urbano, com bancos, postes, relógios, fontes e monumentos.

Segundo Diniz (2007), quando Attilio Corrêa Lima propôs a implantação de um monumento em homenagem ao Anhanguera³, no Centro da Praça Cívica, o urbanista planejou uma alegoria à centralização do poder. Nesse caso, o monumento ao Anhanguera não representaria apenas a si próprio, como personagem histórico, mas também a sucessão de seu poder no tempo, à época representada pelo governador Pedro Ludovico Teixeira. Neste sentido,

Attilio define o espaço da praça como elemento urbanístico central da cidade, no qual está localizada a estaca zero do município de Goiânia, marco referencial, a partir do qual foram projetados os cinco setores originais: Central, Norte, Sul, Oeste, Leste, este considerado o núcleo pioneiro de Campinas. Por volta de 1944 esse

³ Bartolomeu Bueno da Silva – colonizador que partiu de São Paulo em direção ao centro do país em busca de riquezas minerais.

marco foi transformado em referência de nível (R.N.) pelo IBGE. (IPHAN, 2010, p. 77).

Segundo o IPHAN (2010), o início da obra da Praça Cívica, em 1933, coincide com a instalação da estaca zero do município de Goiânia. Com a rescisão do contrato com a firma de Atílio Corrêa Lima, o projeto foi alterado a partir de 1935 pela Superintendência de Obras, com o apoio da firma Coimbra Bueno & Cia e consultoria do engenheiro urbanista Armando Augusto de Godoy. No tempo, tal transformação pode ser claramente observada. Para tal, a figura 2 revela, em ordem cronológica, tal processo.



Figura 2 – Cronologia da Praça Cívica desde a planta inicial ao final de 1980. A: Planta da Praça Cívica do projeto urbano traçado por Atílio Corrêa Lima. B: Planta da Praça Cívica do projeto dos irmãos COIMBRA BUENO & Cia. Ltda. C: Perspectiva da Praça Cívica do projeto dos irmãos COIMBRA BUENO & Cia. Ltda. D: Praça Cívica em 1937, após a firma COIMBRA BUENO & CIA assumirem a administração das obras da Praça Cívica. E: Cenário com ocupação da Praça Cívica com os carros da época (sem data). F: Praça Cívica ao fundo na década de 1960. G: Praça Cívica em 1967. H: Praça Cívica em 1980. I: 1980. Fonte: Autores⁴ (2017).

Diante da retrospectiva iconográfica apresentada pela Figura 2, que revela as transformações pelas quais passou a Praça Cívica, da prancheta de projeto até as reformas mais recentes, constatou-se que o espaço atual guarda pouco da feição original, reduzida à

⁴ Montagem através das fontes: DINIZ (2007), IPHAN (2010) e Arquivo digital disponibilizado em 2016 pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Prefeitura de Goiânia aos pesquisadores.

determinação mais geral de ser um centro de poder e polo irradiador do sistema viário. Na imagem A, que apresenta o projeto original do espaço, na concepção de Attilio Corrêa Lima, observa-se um perímetro poligonal e doze vias radiais, característica alterada quando o projeto passa para a construtora dos Irmãos Coimbra Bueno: na figura B observa-se o mesmo espaço com perímetro curvo e dez vias radiais. Na figura G pode-se notar que a pavimentação asfáltica das vias adentra o espaço da praça, sem distinção entre o espaço do pedestre e do automóvel, característica que foi alterada na última reforma (imagem B, C e D). Essa breve comparação apresenta o espaço em questão de modo vivo, sujeitando-se às transformações exigidas pelos diversos atores sociais que dela usufruem, seja de modo autoritário e motivado por questões orçamentárias, ou de maneira altruísta, objetivando a melhoria da paisagem urbana e a criação do espaço de vivência coletiva ao qual as camadas socialmente marginais não costumam ter acesso. Se assim é, o argumento que tenta sustentar que as feições da Praça Cívica devem ser preservadas por serem o reflexo puro e direto do pensamento de Corrêa Lima não tem sustentação real.

Segundo o IPHAN (2010), a Praça Cívica foi inaugurada em 5 de julho de 1942, ambientando a área do centro cívico ou administrativo, para as atividades administrativas da União, do Estado e do Município. Previa-se a realização de atividades cívicas na praça. No lado norte foram instalados os edifícios dos Correios e Telégrafos, Tribunal Eleitoral, Delegacia Fiscal e Delegacia do Trabalho. No lado sul os edifícios estaduais do Palácio do Governo, Fórum e Tribunal de Justiça e Secretária-Geral. Seguiam-se respectivamente, de cada lado, os edifícios da Chefatura de Polícia (posteriormente Procuradoria Geral do Estado de Goiás) e do Departamento Estadual de Informação (atualmente Museu Estadual Zoroastro Artiaga). A figura 3 e o quadro 1 apresenta a lista dos bens tombados pelo IPHAN na Praça Cívica.

Segundo o IPHAN (2010), vários trabalhos foram realizados focalizando o núcleo urbano inicial de Goiânia, por ora denominado Setor Central. A partir dos anos 1980 foram elaborados trabalhos com proposituras pertinentes ao Setor Central⁵. Com efeito, o desenvolvimento e a revitalização do centro da cidade pressupõem a capacidade de enfrentar

⁵ Projeto executivo – Av. Anhanguera – infraestrutura urbana (1980); Revitalização do Setor Central (1995); Revisão do projeto de revitalização do Setor Central (1995); Relatório de pesquisa – A revitalização do Centro de Goiânia (1996); Projeto Goiânia XXI – Operação Centro/Revitalização (1997/1999); Estudo Preliminar – Mobiliário Urbano para a cidade de Goiânia (1998); Mobiliário Urbano – diagnóstico do cenário urbano sob a ótica do mobiliário (1998); Mobiliário Urbano – diagnóstico do cenário urbano sob a ótica do mobiliário (1998); Revitalização do Setor Central – proposta de Lei de Operação Urbana (1998); Reformulación Urbanística del Núcleo Fundacional de Goiânia – um centro para la metrópolis (2000); Termo de referência para concurso público Attilio Corrêa Lima (2000); Projeto Especial em fase de estudo – Metrô de Goiânia (2002).

os desafios de sua modernização, com respeito pelo ambiente e pelas suas características intrínsecas, competitividade na captação dos investimentos e realizações que os viabilizem.

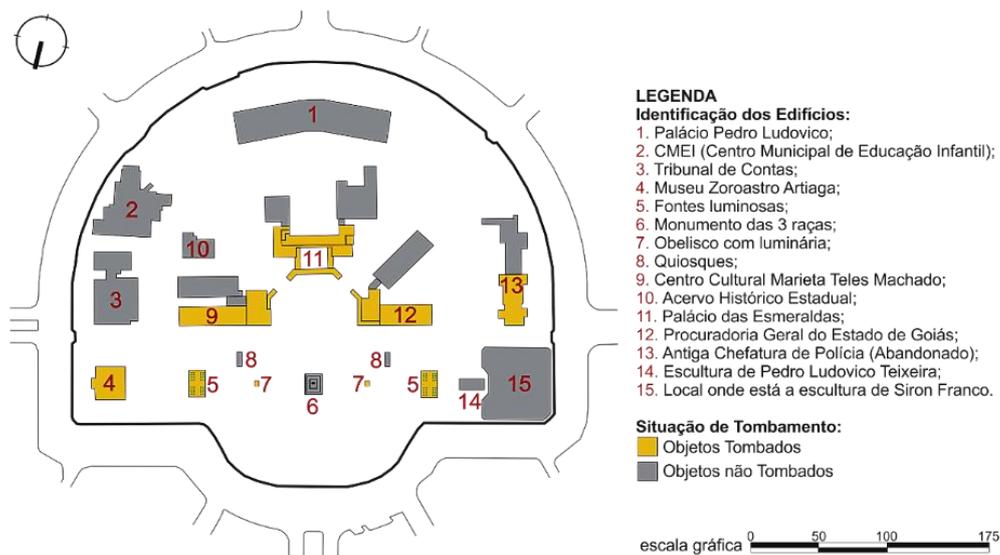


Figura 3 – Edifícios na Praça Cívica e Situações de Tombamento.
Fonte: Autores (2016).

Quadro 2 – Bens Tombados pelo IPHAN - Praça Cívica.

PRAÇA CÍVICA			
Uso Original	Propriedade	Início das obras	Inauguração
Coreto	Prefeitura	1940 e 1942	05/07/1942
Fontes luminosas	Prefeitura	1936	
Obelisco com luminárias	Prefeitura		
Fórum	Estadual	1936	1942
Departamento Estadual de Informação (DEI)	Estadual		
Palácio das Esmeraldas	Estadual	13/12/1933	1938
Delegacia Fiscal	Federal	1936	1937
Chefatura de Polícia	Estadual		1937
Secretária-Geral	Estadual	1933	1936
Juízo Eleitoral	TRE	1934	1937

Fonte: IPHAN (2010).

Em 2015, foi realizada nova proposta de Revitalização da Praça Pedro Ludovico (Praça Cívica), utilizando então o conceito de “devolver a praça às pessoas, retirando o estacionamento irregular e criando um espaço de cidadania e lazer” (PEREIRA; JÚNIO, 2015). O lançamento do início das obras de requalificação urbanística da Praça Cívica iniciou-se no dia 02 de fevereiro de 2015.

O projeto da Praça Cívica está vinculado a um plano de ação desenvolvido para Goiânia, intitulado PROJETO GOIÂNIA 21 - Operação Centro, que foi idealizado no ano de

1998, pelo escritório de arquitetura GRUPOQUATRO e encomendado pelo prefeito da época, Nion Albernaz. O PROJETO GOIÂNIA 21 - Operação Centro define vinte e uma intervenções estruturantes, mas apenas três foram executadas recentemente e dentre elas está a Praça Cívica.

O TOMBAMENTO E O CONJUNTO *ART DÉCO*

A aprovação do Tombamento dos Traçados Pioneiros de Goiânia, os Setores Campinas e Central, em conjunto com 19 imóveis, ocorreu em 22 de dezembro de 2002 no Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dois anos após a criação da 14ª Superintendência Regional do órgão, com sede em Goiânia. A portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003, efetivava o Processo de Tombamento nº 1.500, que teve período de formulação de dois anos (2001-2002), cujo objetivo era salvaguardar e publicizar o acervo arquitetônico e urbanístico *Art Déco* da cidade. Para o IPHAN (2016), “o acervo arquitetônico de Goiânia é considerado um dos mais significativos do Brasil”.

Segundo Wolney Unes (2010) e Paulo Bertran (2010) o *Art Déco* foi eleito como estilo representativo de Goiânia. Para estes autores, se na Europa essa linguagem representava modismo, para as Américas representava identidade, fato que faz Miami Beach, nos Estados Unidos e Goiânia, no Brasil, se aproximarem. Tal linguagem, em Goiânia mais simplificada e econômica que em outras cidades, como Nova York, Miami, Salvador, Rio de Janeiro ou São Paulo, garante uma noção de conjunto aos edifícios mesmo que construídos, em sua maioria, tardiamente⁶. Notadamente, os edifícios com traços *Art Déco* situam-se, em grande parte, nos arredores da Praça Cívica, edifícios em sua maioria institucionais.

Conforme Wolney Unes (2010) em artigo para o embasamento do Dossiê de Tombamento, os edifícios do Palácio do Governo e da Secretaria Geral, ambos na Praça Cívica, são obras que seguiram orientação eminentemente *Art Déco* e foram executadas ainda sob direção de Attilio Corrêa Lima, autor dos projetos originais. Todavia, tal afirmação pode ser questionada, mesmo aquela que o *Art Déco* seria o “estilo eleito” para representar a

⁶ O *Art Déco* se popularizou mundialmente por meio da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, ocorrida em Paris em 1925, justo ano em que Attilio concluiu o curso de arquitetura. O auge do estilo é caracterizado por composições com linhas verticais, sóbrio revestimento em cimento misturado a pó de pedra e decoração com elementos geométricos, tanto nos revestimentos como em elementos metálicos como portões e guarda-corpos. Com o processo de esgotamento do estilo, frente à divulgação das primeiras experiências de arquitetura moderna, aliado à crise da Bolsa de Nova York, deflagrada em 1929, populariza-se uma vertente simplificada, que prontamente encontrou público em contextos economicamente frágeis e com escassez de mão-de-obra especializada.

cidade. Como observado por Anamaria Diniz (2007) e presente em sua documentação primária (projetos originais dos edifícios), houve uma certa inadequação de Corrêa Lima à realidade encontrada no sertão goiano. Seus projetos para a cidade são modernistas, isso pode ser observado em seus esboços para o conjunto da Praça Cívica. No projeto da cidade é evidente resquícios do método *Beaux-Arts*, materializados pela perfeita simetria e proporção entre os edifícios, característico dos conjuntos monumentais barrocos e neoclássicos. Todavia, os métodos construtivos estipulados e mesmo a linguagem dos edifícios acenam para características modernistas, como a janela em fita na quina do volume do Palácio das Esmeraldas.

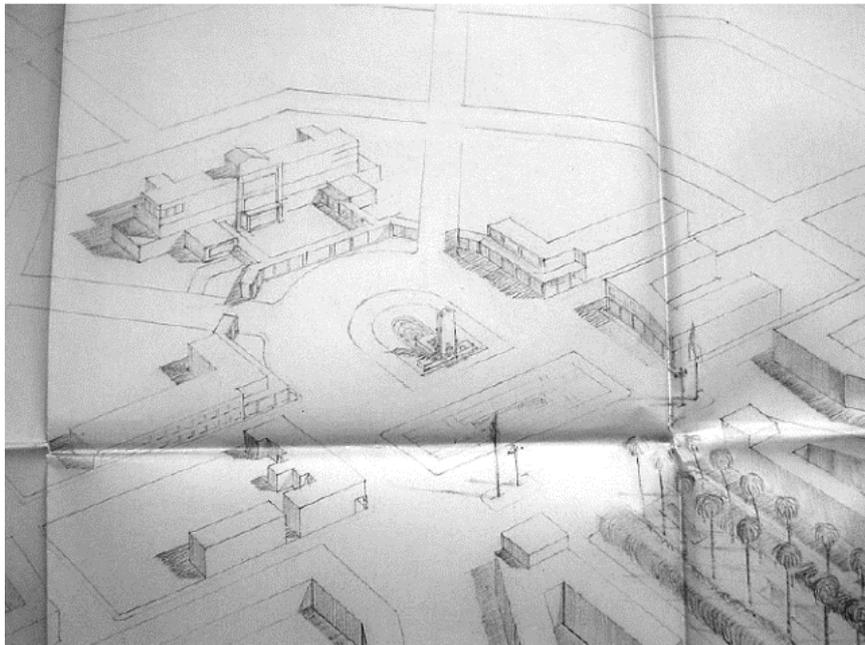


Figura 4 – Praça Cívica do plano original de Attilio Corrêa Lima.
Fonte: DINIZ (2007).

Um primeiro fato não explicitado pode ser problematizado: como, quando e quem estabeleceu as alterações nos edifícios já iniciados por Corrêa Lima e em seus projetos? Com uma análise atenta à ordem cronológica dos fatos, como explicita o quadro 2, há uma lacuna historiográfica. Em 26 de abril de 1935 o governo rescindiu os contratos assinados com a firma P. Antunes Ribeiro e Cia. Ltda. Ainda em 1935 os projetos do conjunto do Centro Cívico foi alterado pela Superintendência de Obras, com apoio da firma Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda. (posteriormente Coimbra Bueno & Cia. Ltda.), contratada em novembro de 1934, sob a consultoria do engenheiro Armando Augusto de Godoy para a execução das obras urbanas. Assim, tais projetos não podem ser imputados integralmente ao referido arquiteto. A inauguração dos edifícios da Secretaria Geral e do Palácio do Governo foram respectivamente em 1936 e 1938, ainda inacabados quando do afastamento de Attilio.

Quadro 2 – Cronologia dos elementos da Praça Cívica e no que concerne a concepção de Goiânia.

1930	Mudança da capital do estado de Goiás;
1933	Através do Decreto nº3.547, Pedro Ludovico Teixeira encarregou Atílio Corrêa Lima do projeto da futura capital;
1933	O interventor aprova o anteprojeto do Palácio do Governo;
1933	Pedro Ludovico Teixeira realizou as solenidades do lançamento da Pedra fundamental da nova capital;
1933	Aprovação dos projetos do Palácio do Governo, da Prefeitura e do Hotel;
1933	Início da obra da Praça Cívica;
1933	Início das obras da Secretaria Geral;
1934	Juízo Eleitoral;
1935	Atílio Corrêa Lima entregou ao interventor federal no estado de Goiás o primeiro relatório de organização e criação do projeto da nova capital;
1935	Contratação da Firma construtora Coimbra Bueno e Pena Chaves Cia. Ltda e que logo depois veio a se tornar Coimbra Bueno & Cia. Ltda;
1935	O governo rescindiu os contratos firmados com a firma P. Antunes Ribeiro e Cia. Ltda, administrada por Atílio Corrêa Lima;
1935	O projeto da praça foi alterado pela Superintendência de Obras, com apoio da firma Coimbra Bueno & Cia. e consultoria do engenheiro Armando Augusto de Godoy;
1936	Inauguração da Secretaria Geral;
1936	Início das obras da Delegacia Fiscal;
1936	Construção das Fontes Luminosas;
1936	Início das obras do Fórum;
1937	Inauguração da Delegacia Fiscal, o edifício recebeu mais tarde acréscimo até o limite do lote;
1937	Inauguração Chefatura de Polícia;
1937	Inauguração do Juízo Eleitoral;
1938	Inauguração do Palácio do Governo;
1940 e 1942	Início das obras e inauguração do Coreto;
1942	Inauguração do Fórum;
1942	Foi inaugurada a Praça Cívica;
1960	Nessa época ocorreu as principais intervenções no Palácio do Governo (atual Palácio das Esmeraldas), quando o revestimento de pó de pedra verde foi substituído por fugé, com pequenos pedaços de garrafa verde;
1960	Nessa década foi construído o Palácio Pedro Ludovico Teixeira;
1965	O museu Goiano Zoroastro Artiaga passou a ter existência formal. A Lei Nº5.770 faz homenagem ao professor Zoroastro Artiaga, primeiro diretor do museu;
1990	No Palácio das Esmeraldas, ao fim dessa época foram substituídas as esquadrias de madeira com persianas de enrolar por esquadrias e venezianas de correr de alumínio;
1990	Nessa época houve as principais intervenções na Secretaria Geral, além das ampliações iniciais, com modificações para uso com biblioteca e cinema, entre outros;
1997 e 1999	Reforma na Praça Cívica com as principais intervenções nas fontes luminosas, com a elevação da altura da mureta do espelho d'água e com a manutenção das máquinas das fontes, dos jatos d'água e da iluminação;
1999	O Fórum e Tribunal de Justiça teve sua principal intervenção, com a retirada das janelas de madeira e das venezianas e a introdução das esquadrias de alumínio e de persianas de abrir;
2015	Lançamento das obras de revitalização da Praça Cívica;
2015	Demolição do Palácio das Campinas, para dar lugar a uma escultura conceitual do artista plástico Siron Franco;
2015	Inauguração da revitalização de uma parte da Praça Cívica;
2016	Inauguração final da revitalização na Praça Cívica.

Fonte: Autores (2016).

Um segundo fato a ser problematizado refere-se às incoerências e contradições por parte da 14ª Superintendência do IPHAN. Para o órgão, em que pesem pequenas alterações ocorridas ao longo dos anos, verifica-se que a concepção urbanística da praça foi mantida e

preservada em suas características essenciais (IPHAN, 2010). Tal argumento, conforme o Dossiê do Tombamento (2010), justifica sua patrimonialização e proteção. Porém, segundo o IPHAN (2016), a obra executada pela Prefeitura da capital goiana na Praça Cívica, “buscou reconquistar elementos idealizados pelo urbanista Attilio Corrêa Lima, seu projetista”. No que se refere a um fato urbano, seria possível reconquistar aquilo que não foi perdido? Contradições à parte, o que foi tombado em 2003, o plano não concretizado de Attilio ou a cidade real? Os levantamentos documentais desta pesquisa apontam que a história urbana de Goiânia é profundamente marcada por contradições, impasses e crises. Isso justifica, por exemplo, a materialização da cidade no tempo com frágeis vínculos com o projeto original de 1935. Logo, o mote da reconquista apresenta-se igualmente frágil, na medida em que não se pode recuperar um caráter nunca integralmente materializado.

Todo pedido para avaliação de proteção legal de um imóvel ou conjunto edificado se beneficia de um argumento tão conciso quanto historicamente forte. No caso de Goiânia, e em especial do conjunto construído da Praça Cívica, o processo foi conduzido com base na relação entre a gênese do plano urbanístico, na prancheta do arquiteto Attilio Corrêa Lima e o estilo das construções, considerado contemporâneo e de mesma filiação. No Dossiê de Tombamento do referido conjunto, anuncia-se o estilo *Art Déco* como representante do momento de criação da cidade.

Somado a isso, inclui-se o fato de que o contrato que Attilio assinara em 1933 foi rescindido em 1935, ficando a cargo da firma de engenharia Coimbra e Bueno o desenvolvimento dos projetos ainda inconclusos. Visto que a inauguração dos principais edifícios do Centro Cívico de Goiânia ocorreu no ano de 1937, dois anos após o afastamento do arquiteto da coordenação do plano da cidade, não há segurança acerca do grau de alterações sofridas posteriormente pelos projetos. Logo, os projetos executados, sob a publicidade de autoria do referido arquiteto, têm paternidade impura, em coautoria com os engenheiros e arquitetos contratados pela empresa construtora. Por isso, atrelar a autoria dos projetos à Attilio demonstra muito mais um plano publicitário, para promover a história da capital de Goiás, do que justiça e homenagem à obra do arquiteto.

A REVITALIZAÇÃO (1998/2015-2016)

O projeto de intervenção da Praça Cívica de Goiânia, materializado entre 2015-2016, faz parte de uma série de intervenções propostas para o Setor Central de 1998. Neste ano, o então prefeito, Nion Albernaz, encomendou ao escritório de arquitetura GRUPOQUATRO

um projeto que reestabelecesse o caráter de centralidade do Centro, perdido em razão da formação de outras centralidades em seu tecido urbano e o deslocamento de parte de seus moradores. Segundo Máximo, Barbosa e Rezende (2016), na década de 1990 o Centro era motivo de descontentamento por parte dos habitantes da cidade e estava em um processo de crescente deterioração e popularização. Para revertê-lo, o *Projeto de Revitalização do Centro de Goiânia*, conhecido como PROJETO GOIÂNIA 21 – Operação Centro, estabeleceu 21 intervenções estruturantes com a finalidade de aumentar a habitabilidade e melhorar os espaços públicos, principais anseios à época.

O projeto da Praça Cívica, que se estabelecia como uma estratégia fundamental, se nutria da intenção de convertê-la em espaço de entretenimento e lazer, o que não era possível com o local sendo utilizado como estacionamento. Conforme os autores,

O projeto tem a finalidade de resgatar as atrações importantes da configuração original do espaço, perdidos quando o local passou a ser utilizado ostensivamente como estacionamento. Outra intenção deste projeto seria a conformação de um local de atividades culturais em diversos segmentos. Quanto ao recinto central da praça, então utilizando como estacionamento, seria um grande espaço lúdico, acolhendo eventos culturais a céu aberto. O primeiro objetivo é banir os carros do local, possibilitando a reapropriação do espaço pelos pedestres para resgatar seu potencial simbólico e afetivo. Além disso, a intensificação e diversificação de programas culturais possibilitará manter o uso por um período mais prolongado, reduzindo a sensação de insegurança pela despovoação. (MÁXIMO; BARBOSA; REZENDE, 2016, p. 211-212).

A execução do projeto de requalificação teve as obras iniciadas em fevereiro 2015, com uma parte inaugurada no dia 24 de outubro de 2015 e outra no dia 31 de agosto de 2016. A execução do projeto da Praça Cívica foi financiada pelo PAC Cidades Históricas e coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o programa do Governo Federal investiu R\$ 12,5 milhões.

A maior parte dos novos elementos da Praça Cívica passa despercebida na paisagem, à exceção do piso avermelhado. O estacionamento foi retirado e gerou acessibilidade para transição de pedestres, o que era asfalto virou passeio e escadarias para impedir a passagem de carros e servir de base ao monumento central preexistente, em homenagem às três raças formadoras da nação. Houve a recuperação de antigas fontes, mas abandonando suas características reflexivas devido ao custo de manutenção proibitivo para o orçamento municipal. A proposta em execução é de fontes secas, sem o tanque de água original. Também significativa foi a demolição de uma edificação de pouca expressividade, intitulada Palácio das Campinas, para dar lugar a uma escultura conceitual do artista plástico Siron Franco. O projeto de requalificação terminou não acrescentando espaços para ancorar a permanência, sendo uma intervenção estritamente paisagística. Conjectura-se que a presença do palácio residencial do Governo do Estado tenha sido a motivação desestimuladora de propostas para uso mais intenso, como espaços para alimentação e exposições. (MÁXIMO; BARBOSA; REZENDE, 2016, p. 212).

Com a intervenção, a praça ganhou acessibilidade para a transição de pedestres, para que as pessoas pudessem utilizá-la como praça ao invés de estacionamento. A solução adotada para proibir a entrada dos carros foi a construção de escadarias em volta do que margeia o monumento em homenagem as três raças, para servir como barreira e impedir a passagem dos carros.



Figura 5 – Imagem da proposta das principais intervenções na Praça Cívica que ocorreu sua finalização em 2016. Fonte: CAU GO⁷.



Figura 6 – Imagem da proposta de revitalização da Praça Cívica finalizada em 2016, apresentada pela prefeitura de Goiânia. Fonte: Goiânia – No Coração do Brasil.⁸

⁷ Disponível em: <<http://caugo.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Relatorio-Acessibilidade-Praca-Civica.pdf>>. Acesso em: 19/06/2018.



Figura 7 – Imagem da Praça Cívica retirada do heliponto do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, após a inauguração do dia 31 de agosto de 2016.

Fonte: Mayara Dayanne Sousa Rezende (2016).

Outra intervenção significativa foi a demolição do Palácio das Campinas, edificação que foi construída com a finalidade de abrigar a Prefeitura Municipal. Diante de sua transferência para o Paço Municipal, o local passou a abrigar a Secretaria Municipal de Finanças. Entretanto, o edifício estava abandonado e havia pouco valor arquitetônico, optando-se pela sua demolição. O local passou então a ser ocupado por uma escultura do artista plástico goiano Siron Franco. A escultura assemelha-se a um caleidoscópio que faz referência ao passado e ao futuro goiano, representados por figuras indígenas e de crianças.

Durante a intervenção houve a recuperação das fontes luminosas que originalmente eram grandes espelhos d'água. Porém, a proposta executada é de fontes secas, sem o tanque de água original. A ausência dos espelhos d'água se faz sentir duplamente: por sua natureza simbólica e pela capacidade de equilibrar o microclima no entorno mais imediato. A água, apresentada como espelho ou como fonte, na qual a sonoridade passa a ter preponderância, esteve sempre presente junto aos principais espaços e edifícios públicos da história do mundo. Pela persistência histórica, passou a índice de uma interrupção na dinâmica urbana, do ordinário de trabalho e lazer para o extraordinário do dever cívico, contingenciado por respeito e veneração. No que diz respeito ao microclima, reservatórios de água,

⁸ Disponível em: <<http://www.gynbr.com.br/2015/05/prefeito-quer-nova-praca-civica-como.html>>. Acesso em: 19/06/2018.

principalmente com fontes, tendem a constituir uma amenidade para os espaços de estar circundantes. Longe de terem algum efeito na totalidade da praça, ao menos qualificavam a escala pitoresca das porções leste e oeste do Centro Cívico. Goiânia apresenta níveis de umidade do ar desérticos entre os meses de junho e outubro, logo, a presença da água se mostrava oportuna em uma diretriz de revitalização.



Figura 8 – Imagem da escultura de Siron Franco, exposta de forma permanente na Praça Cívica, 2016.
Fonte: Mayara Dayanne Sousa Rezende (2016).

A Praça Cívica foi reconfigurada topograficamente, passando a ter dois níveis distintos: próximo ao Palácio das Esmeraldas caracterizou-se uma rua de pedestres em continuidade da Avenida Universitária e Rua Dona Gercina Borges Teixeira, e em torno do Monumento às Três Raças, em nível mais baixo, apresenta-se o espaço cívico, sem árvores, palco para manifestações culturais e políticas. Contornando esses dois espaços foi mantida a massa vegetal de grande porte: um cinturão verde como transição para os setores habitacionais e comerciais do centro da cidade.

Recentemente, em 2017, lançou o circuito cultural como o futuro uso da Praça Cívica. A proposta surge através da moda mundial de revitalizações dos centros históricos nas grandes capitais, lançada pelo então governador Marconi Perillo o “Circuito Cultural Praça Cívica Dr. Pedro Ludovico Teixeira” e sendo considerado um importante atrativo turístico para a cidade de Goiânia. O circuito cultural da Praça Cívica trará novos usos para os edifícios do local como consta na figura 9 que integraram o circuito, sendo eles: Museu da Cidade (antiga Chefatura de Polícia), Centro Cultural Pioneiros (atual Procuradoria Geral do Estado),

Palácio das Esmeraldas, Centro Audiovisual Marieta Telles Machado, Arquivo Histórico Estadual de Goiás (atual Tribunal de Contas do Estado), Museu Goiano Zoroastro Artiaga, Casa do Patrimônio (futura sede do IPHAN Goiás). Estes edifícios a sua maioria possuem funcionalidade administrativa do governo municipal e estadual, porém terá que modificar seu uso para atender exclusivamente a um circuito turístico.

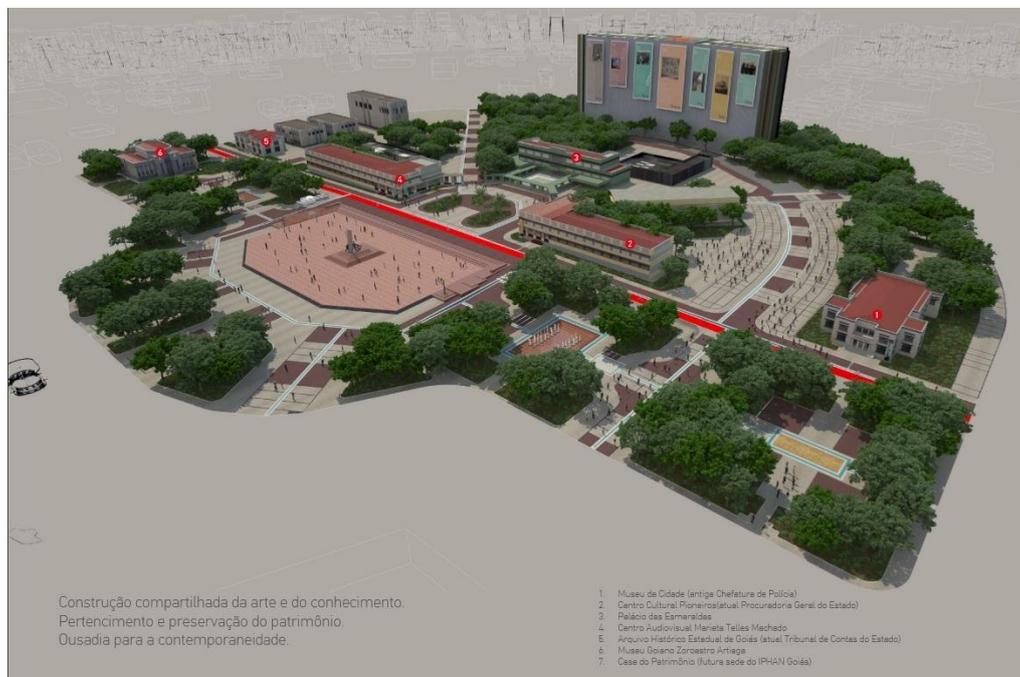


Figura 9 – Imagem da proposta do Circuito Cultural da Praça Cívica, 2017. Fonte: Governo de Goiás⁹.

A museificação dos centros urbanos tem se tornado cada vez mais frequente nas grandes metrópoles, tratando a arquitetura e a história como um espetáculo-mercadoria, que aludem a promessa de recuperação da vida local e que conseqüentemente podem vir a gerar um processo de gentrificação.

Através destas propostas de intervenções recorrentes na Praça Cívica é possível compreender que a intervenção inicial de 2015 tinha por finalidade abrigar o projeto do Circuito Cultural e conseqüentemente a museificação desta, na tentativa de uma espetacularização do patrimônio construído e assim, transformando-a em mercadoria turística.

CONCLUSÃO

A caracterização do projeto de revitalização da Praça Cívica de Goiânia como patrimônio ou como espetáculo dependerá mais das razões que alicerçam esse esforço do que propriamente de suas conseqüências no plano físico. O alicerce patrimonial é sólido, pois

⁹ Disponível em: <<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/218407/governo-vai-criar-o-circuito-cultural-da-praca-civica>>. Acesso em: 20/06/2018.

construído por uma história estreitamente vinculada aos desenvolvimentos sociais, culturais e econômicos locais ou às deliberações de um gênio criador. Por outro lado, as premissas do espetáculo são a mentira ou a supervalorização de um conteúdo rarefeito. No que concerne à imagem que se tenta vender da cidade de Goiânia, da vinculação entre o arquiteto Attilio Corrêa Lima e o *Art Déco*, trata-se de valer-se da fama do arquiteto para promover o projeto de Goiânia, além de minimizar seus esforços posteriores. Assim, o patrimônio passa a ser referido como um potencial de espetáculo a ser explorado. Pode se dizer que:

Em resumo: tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadorias, manipuladas como imagens de marca. A competição entre cidades por turistas ou empreendedores estrangeiros é acirrada e as municipalidades se empenham para melhor vender a imagem de marca da sua cidade, em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente o visitante estrangeiro, através de seu maior chamariz, o espetáculo. O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado. (JACQUES, 2003, p. 34).

O processo de tombamento terminou por reiterar o espaço físico da Praça Cívica como um espaço urbano típico da época da sua inauguração, em 1942, sem lugar para usos mais coerentes com o século XXI. Caso esse tombamento se fizesse sobre um projeto desenvolvido integralmente pelo idealizador da cidade, Attilio Corrêa Lima, haveria respaldo histórico. Contudo, mostra-se a fragilidade dos argumentos a respeito da preservação do sítio, construídos sobre um ideal de deferência a um projeto original que não foi respeitado em seu processo de concretização. Logo, o congelamento do espaço físico da Praça Cívica impede a sua adaptação a novas dinâmicas urbanas, mais atuais, em prol de uma imagem construída sobre falsas premissas.

Essas considerações não invalidam o trabalho desenvolvido pelo IPHAN e os pesquisadores envolvidos. Todavia, cabe uma atualização dos documentos emitidos pelo IPHAN e a busca por coerência em suas publicações. Ainda não aplicamos um juízo de valor definitivo no caso da arquitetura *Art Déco* de Goiânia, sendo pura ou não, embora possa ser salientado que o modo como tais edifícios foram construídos não deve ser parâmetro de classificação, pois caracteriza o estabelecimento de uma cidade sem continuidade histórica com outro núcleo urbano: por assim dizer, da estaca zero. A afirmação sobre a aderência da cidade ao *Art Déco* termina não sendo o modo como a paisagem da cidade, por sua vez, se afirma, em dívida maior com o modernismo presente desde a década de 1950. Serão oportunas novas pesquisas para aprofundar e pôr à prova essas questões.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio A. **PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADE**. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.). **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009, p.11-24.
- CALDEIRA, Junia M. **A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- COELHO, Gustavo N. **A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia**. Edição do Autor, Goiânia, 1997.
- CONDE, Luiz P. **Anônimo, mas fascinante: Protomodernismo em Copacabana**. Revista AU. São Paulo: Editoria Pini, 1988, nº 16.
- DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia européia**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.
- DAHER, Tânia. **O Projeto Original de Goiânia**. dossiê CIDADES PLANEJADAS NA HINTERLÂNDIA, Revista UFG, Ano XI, nº 6, p. 77-90, Jun. 2009.
- DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): Ideal estético e realidade política**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FUÃO, Fernando de F. **O que é o Protomodernismo, Protoracionalismo e o Art Déco?** Fernando Fuão, Ensaios e Livros, 2012. Disponível em: <<http://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/10/o-que-e-o-protomodernismo.html>>. Acesso em: 12/06/2017.
- Goiânia art déco: arcevo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. – Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura**. 2010. Superintendência Regional do Iphan em Goiás.
- GONÇALVES, Alexandre R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Universidade Federal de Goiás, 2002.
- GRUPOQUATRO. **PROJETO GOIÂNIA 21 - Operação Centro - Primeira Etapa**. Goiânia: Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura de Goiânia, 1998.
- GRUPOQUATRO. **PROJETO GOIÂNIA 21 - Operação Centro – Segunda Etapa**. Goiânia: Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura de Goiânia, 1998a.
- GRUPOQUATRO. **Revitalização do Centro Histórico de Goiânia**. Disponível em: <<http://grupoquatro.com.br/site/>>. Acesso: 20 de outubro de 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. **PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: ESPETÁCULO CONTEMPORÂNEO?** Rua – Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, v. 1, n. 8, p. 32-39, julho/dezembro de 2003.

KOOLHAAS, Rem. **Três Textos Sobre a Cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

MANSO, Celina F. A. **Goiânia – Uma concepção urbana, moderna e contemporânea – Certo Olhar**. Edição do Autor, Goiânia, 2001.

MÁXIMO, Pedro H. P.; BARBOSA, Lucas J. M.; REZENDE, Mayara D. S. 3/21: O Plano Goiânia 21 e as intervenções no Centro de Goiânia. **REVISTA MIRANTE**, Anápolis (GO), v. 9, n. 1, p. 199-215, junho de 2016.

PEREIRA, Filemon; JÚNIO, Mauro. **Paulo Garcia lança obras de revitalização da Praça Cívica**. Prefeitura de Goiânia, Goiânia, 2015. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/portal/pagina/?pagina=noticias&s=1&tt=not&cd=5640&fn=true>>. Acesso em: 20/03/2015.

Praça Cívica será entregue à população de Goiânia (GO) após obra de requalificação. IPHAN, Goiânia, 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3784/praca-civica-sera-entregue-a-populacao-de-goiania-go-apos-obra-de-requalificacao>>. Acesso em: 26/08/2016.

REZENDE, Mayara D. S.; MÁXIMO, Pedro H. P.; **O Genérico e o Identitário na Praça Cívica de Goiânia**. Relatório de Iniciação Científica, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2016.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade. Tradução de Eduardo Brandão**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. **Entrevista I**. [Out. 2015]. Entrevistador: Mayara D. S. Rezende. Goiânia, 2015. 1 arquivo .mp3 (1:44:06 min.).